

RESUMO DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO JULHO A DEZEMBRO DE 2017

DISSERTAÇÕES (2017/2)

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO PARA O EDUCADOR PAULISTA JOÃO AUGUSTO DE TOLEDO (1901-1939)

AUTOR: Rubens Batista da Rocha

DATA: 15/09/2017 – Educação (Mestrado) – 157 p – Início: 2015

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Samira Saad Pulcherio Lancillotti – UFMS

RESUMO: Este trabalho, pertencente à Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação/FAED/UFMS, possui como objeto salientar as propostas do educador paulista João Augusto de Toledo (1879-1941) para a organização do trabalho didático. O objetivo geral desta dissertação é analisar como esse educador pensava sobre a organização do trabalho didático. Para tal, serão examinadas a atuação profissional e as obras de João Augusto de Toledo, Didática (Nas Escolas Primárias) de 1934, Escola Brasileira de 1930 e Planos de Lição de 1934 no período compreendido entre 1901 e 1939, no estado de São Paulo, quando foi diretor dos Grupos Escolares de Serra Negra e Rio Claro, lente das Escolas Normais de São Carlos, Campinas e Inspetor Escolar, assistente do Instituto de Educação de São Paulo; além de autor de artigos em revistas educacionais especializadas, e principalmente autor de compêndios a serem utilizados pelos professores normalistas e do ensino primário, materializando assim sua proposta para educação no período

de transição da chamada Escola Tradicional para a Escola Nova. Para a realização da pesquisa utilizamos como método as contribuições de Marx e Engels, além da categoria, a organização do trabalho didático, de Gilberto Luís Alves. Ao longo da realização deste trabalho, ficou notório que o autor investigado, diante do ideal escolanovista, se posicionou assim: primeiro, que seria possível realizar a transição da Escola Tradicional para a Escola Nova, todavia, seria necessário o apoio estatal, por conta da precariedade das instalações físicas dos prédios e dos recursos pedagógicos existentes ao momento histórico; segundo, a Geografia era a ciência e disciplina com as características fundamentais para a aplicação da Escola Nova; e por fim, que o método intuitivo era o mais evidente e pertinente para ensino de Geografia, conforme, ficou perceptível nas análises dos compêndios do autor investigado.

Palavras-chave: 1. João Augusto de Toledo; 2. Organização do trabalho didático; 3. Escola Nova; 4. Geografia Elementar.

TESES (2017/2)

O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR): O REGIME DE COLABORAÇÃO

AUTOR: Leandro Picoli Nucci

DATA: 01/09/2017 – Educação (Doutorado) – 187 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez – UFMS

BANCA: Prof. Dr. José Vieira de Sousa – UnB

Profa. Dra. Maria Dilneia Espindola Fernandes – UFMS

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira – UFMS

Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: A pesquisa tem por objeto o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e como objetivo analisar o regime de colaboração no que se refere à implementação de políticas educacionais conjuntas. O trabalho estendeu-se aos cursos presenciais do PARFOR em âmbito nacional, no período de 2009 a 2014. A amostragem correspondeu a cinco estados, um em cada região da federação brasileira. A primeira etapa constituiu-se no estudo bibliográfico de textos referentes ao federalismo brasileiro, às relações intergovernamentais, às políticas educacionais e ao referencial teórico, bem como no levantamento de documentos e dados relativos ao PARFOR. A segunda fase incluiu a sistematização e a análise dos dados à luz do referencial teórico. A terceira fase consistiu na escrita e revisão do relatório de pesquisa. Partiu-se da hipótese de que as políticas educacionais sofrem determinações de ordem institucional, advindas da organização federativa do território brasileiro. Após os meados dos anos 1990, a dinâmica federativa foi radicalmente alterada, como fruto da reestruturação produtiva, das metamorfoses no universo do trabalho e da adoção do modelo neoliberal de Estado. Houve um movimento de recentralização da federação, que favoreceu a indução da agenda de políticas da União nas unidades subnacionais. No campo educacional, o regime de colaboração restringiu-se à execução de programas educacionais previamente desenhados em âmbito central, em detrimento da decisão conjunta. Conclui-se que a União, ao induzir o PARFOR, estabeleceu padrões nacionais aos quais as unidades subnacionais deviam se enquadrar; nesse ponto, seguiu a dinâmica centralizadora do federalismo brasileiro. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, houve um fortalecimento da gestão local, através do aprendizado ocasionado pela operacionalização da política. A criação de uma arena de pactuação, ainda que limitada à operacionalização do PARFOR, representou um avanço para o amadurecimento das relações intergovernamentais na área educacional, além de condição necessária, mas não suficiente, para a consolidação do regime de colaboração. A ação indutora e coordenadora da União, por meio da cooperação técnica e financeira, demonstrou-se um dos elementos indispensáveis para o enfrentamento das desigualdades federativas na área educacional, uma vez que os estados e municípios apresentam diferentes graus de autonomia para responder às suas próprias demandas por formação de professores.

Palavras-chave: Federalismo. Políticas educacionais. Regime de colaboração. Parfor.

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E OS MEANDROS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS

AUTORA: Katyuscia Oshiro

DATA: 04/09/2017 – Educação (Doutorado) – 151 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Lucrecia Stringhetta Mello – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Anamaria Santana da Silva – UFMS

Prof. Dr. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas – UnB

Profa. Dra. Rosana Carla Goncalves Gomes Cintra – UFMS

Profa. Dra. Ruth Pavan – UCDB

RESUMO: A tese trata da especificidade da coordenação pedagógica para escola de tempo integral. Contextualiza-se em uma escola municipal de tempo integral do município de Campo Grande – MS, ou seja, no contexto escolar onde ocorre a ação formadora dos coordenadores frente aos professores, atores principais da ação de ensinar e aprender. Defende a necessidade de formação permanente como trabalho articulado e promovido pelo coordenador pedagógico durante o horário de trabalho por meio de HTPA e HTPC. A metodologia de cunho qualitativo utiliza a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011, e FRANCO 2008) para depreender as categorias de análise de entrevistas e questionários obtidos com dezenove professores, quatro coordenadores pedagógicos e dois diretores escolares, tendo com pré-requisito a permanência mínima de dois anos letivos na instituição. Os sujeitos da pesquisa apresentam um perfil com formação superior e atualização constante. As categorias destacam a importância das atribuições do coordenador pedagógico como formador e parceiro do professor nas ações educacionais. As implicações da formação no contexto escolar em uma escola de tempo integral, escola em tempo integral para o discente e docente, o que contribui para formação integral do aluno e do professor. E o acúmulo de atribuições do coordenador pedagógico emergiu durante as entrevistas, sendo este um grande desafio a ser superado na organização da escola. As implicações da coordenação pedagógica na representação dos sujeitos apontam que o coordenador pedagógico deve ser o ator que promove a formação pedagógica do docente, mas ainda é preciso mudanças no contexto escolar, para que de fato esse profissional desempenhe essa ação.

Palavras-chave: Coordenação pedagógica; escola de tempo integral; formação no contexto escolar.

A DISTRIBUIÇÃO DE CONHECIMENTOS EM MATEMÁTICA: DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO (2008 e 2012)

AUTORA: Heloisa Laura Queiroz Gonçalves da Costa

DATA: 06/09/2017 – Educação (Doutorado) – 162 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Fabiany de Cassia Tavares Silva – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carmen Lúcia Brancaglion Passos – UFMS

Profa. Dra. Claudia Valentina Assumpção Galian – USP

Profa. Dra. Constantina Xavier Filha – UFMS

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira – UFMS

RESUMO: Este estudo faz parte do programa de pesquisa do/no Observatório de Cultura Escolar (OCE), que toma como fontes e objetos de estudo documentos curriculares produzidos para os espaços da educação formal e não formal entendidos como instância de formação escolar, com objetivos educativos explícitos e ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática; e como uma possibilidade de produção, seleção e distribuição de conhecimento fora das estruturas curriculares do ensino tradicional, respectivamente. Neste contexto, estudamos e analisamos um conjunto de três documentos curriculares propostos para a Educação Básica no componente Matemática, particularmente para as etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, organizados/publicados por duas redes de ensino, a saber: Estadual de Mato Grosso do Sul (2012) e Municipal de Campo Grande MS (2008). Diante disso, objetivamos desvelar a intenção curricular, no tocante aos conhecimentos científicos selecionados, assim como em suas formas prescritas de acesso, traduzindo as competências matemáticas necessárias, no desenho do tipo de aluno que se pretende formar e, em última instância, indicando os conhecimentos entendidos como poderosos, neste processo. Para tanto, nosso desenho metodológico orientasse pelas técnicas da pesquisa bibliográfico-documental, ancoradas em chaves de análise, entendidas aqui como categorias que permitem problematizar os conhecimentos selecionados e os conteúdos ofertados nos documentos curriculares, a partir de “lugares” epistemológicos, que transitam entre os campos

educativo (teoria crítica do currículo) e matemático (escolar). Nesse exercício, apreendemos que os conteúdos selecionados para estas etapas da Educação Básica, ainda, se configuram como conhecimento dos poderosos, próprios daqueles que dominam a Matemática. E, diante disso, permanece o questionamento, isto é, se estes conhecimentos também conferem poder aos que dele se apropriam, possibilitando a ocupação de novas posições no espaço de lutas, que difere os sujeitos.

Palavras-chave: Currículo. Matemática. Ensinos Fundamental e Médio. Conhecimento Poderoso.

MONOPOLIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL POR MEIO DE PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES: O GRUPO UNIESP EM QUESTÃO

AUTORA: Tarcisio Luiz Pereira

DATA: 19/09/2017 – Educação (Doutorado) – 225 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini – UFMS

Profa. Dra. Giselle Cristina Martins Real – UFCD

Profa. Dra. Maria Dilneia Espindola Fernandes – UFMS

Profa. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves – UFPA

RESUMO: Fusões e aquisições fazem parte do mundo corporativo capitalista, visando à adequação de recursos, do porte e da estrutura das empresas ao mercado. O que move o capital é a procura por lucros. Para tal, fusões e aquisições aparecem na etapa do capitalismo monopolista, que se caracteriza pela concentração/centralização do capital, com a fusão/reagrupamento de capitais em todos os setores. Essa também é a forma assumida pelas empresas capitalistas no campo educacional, no Brasil. Nesse sentido, esta tese, alocada na Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande, tem como objeto a monopolização do ensino superior privado sendo seu objetivo geral analisar as novas configurações e os processos de aquisições e fusões ocorridos neste setor. Para tanto, elege-se como lócus de pesquisa o grupo educacional União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo – Uniesp – que vem expandindo seus negócios na última década, com aquisições de novas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP’s). Para tanto, selecionou-se unidades de ensino mantidas pelo grupo, sendo respectivamente uma lotada no interior do Estado de São Paulo e duas na cidade de São Paulo (capital). Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizam-se, além da pesquisa documental, as entrevistas com funcionários, docentes e gestores do Uniesp. Os resultados apontam que a expansão no ensino superior privado no Brasil, assim como os processos de fusões e aquisições ocorridos no setor com a instrumentalização do Estado que, por meio de regulamentações, possibilitou a valorização e o controle sobre a educação (mercadoria) superior, buscou da mesma forma que os empresários da indústria e do comércio exercer a garantia de superlucros e valorização do capital neste espaço, o da educação/ensino superior. Neste cenário, tem surgido novas forças competitivas que quebram o monopólio geográfico, regional e local no mercado de ensino superior privado levando a uma reestruturação, o que pode implicar no desaparecimento de faculdades e universidades de pequeno e médio porte por conta de maior concentração no setor, com aporte expressivo do capital internacional.

Palavras-chave: Monopolização. Ensino Superior Privado. Fusões e Aquisições. Uniesp.

RETRATOS DA MERITOCRACIA ESCOLAR: DAS IGUALDADES E DESIGUALDADES COMO EXPRESSÕES DA (IN)JUSTIÇA

AUTORA: Rosana Sant’Ana de Morais

DATA: 22/09/2017 – Educação (Doutorado) – 164 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Fabiany de Cassia Tavares Silva – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Ione Ribeiro Valle – UFSC

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

Profa. Dra. Katia Cristina Nascimento Figueira – UEMS

Profa. Dra. Lucrecia Stringheta Mello – UFMS

Profa. Dra. Rosângela Gavioli Prieto – USP

RESUMO: Este estudo faz parte do programa de pesquisas do/no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar (OCE), que tem como objetos de estudos, a escola, o currículo e a cultura escolar. Diante disso, apresenta como objeto de investigação as práticas curriculares, que orientam o processo de seleção e hierarquização dos agentes escolares no Colégio Militar de Campo Grande (CMCG) e, nessas práticas, as (in)justiças escolares. Assim, os objetivos são analisar se o mérito individual e as premiações que dela advêm são impedimento para que o colégio distribua equitativamente o conhecimento, localizar estratégias educacionais voltadas para uma distribuição justa do conhecimento escolar, em uma perspectiva de igualdade e desvelar a eficácia das estratégias voltadas ao aluno com dificuldade de aprendizagem no CMCG. A justiça educativa, no caso deste estudo, se relaciona às estratégias que a escola põe em prática, a fim de minimizar as desigualdades que ela própria cria. Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que tal relação, após as reformas educacionais da década de 1990, encontra-se determinada por tentativas de ocultação, ou secundarização, do mérito em nome de uma escola menos desigual, cujo princípio está articulado à proposição de uma escola e um currículo mais justos. Os questionamentos elaborados para este processo estão inseridos em um contexto de análise da relação entre escola e currículo, no que tange às possibilidades de uma distribuição menos desigual do conhecimento escolar. Os conceitos-chave para explicitar a problemática de investigação são a meritocracia, a igualdade de oportunidades e a justiça educativa. O desenho metodológico orienta-se por um conjunto de fontes documentais, a saber: os documentos oficiais (Leis, Regulamentos, Decretos e Portarias); e, os documentos, também oficiais, mas internos ao Colégio Militar de Campo Grande (Plano Geral de Ensino, Regimento Interno, histórico escolar, estatísticas de reprovações, testes de sondagem, atas de conselhos de classe e conselhos de ensino). Para efeitos práticos, consideramos a totalidade dos documentos como “documentos curriculares” e, como diferenciação, usamos os termos “documentos oficiais” e “documentos internos”. Nos documentos oficiais, estabelecemos a análise do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) como um espaço de inter-relação entre dois campos distintos, o educativo e o militar, e justificamos utilizando conceitos bourdesianos em que o ethos militar constitui habitus específico na escola básica militar, que influencia a geração de doxa e nomos diferenciados tornados evidentes nas escolhas curriculares dentro do SCMB e no CMCG, colégio que faz parte do Sistema. Concluímos que a valorização do mérito individual e as premiações que dela advêm, não são impedimento para que o CMCG distribua equitativamente o conhecimento, já que no Sistema é vista como um estímulo para a busca pelo conhecimento e, em consequência, para a permanência nesse grupo seletivo. Contudo, percebemos que as estratégias educacionais voltadas para uma distribuição justa do conhecimento escolar têm uma perspectiva de busca de igualdade mais voltada para o objetivo de não baixar a “qualidade” educacional que é tradição do Sistema e que faz com que o campo militar se destaque entre os demais campos sociais. Dessa forma, as estratégias voltadas ao aluno com dificuldade de aprendizagem no CMCG não são eficazes, pois os alunos que dependem somente dos dispositivos de recuperação oferecidos pelo colégio não obtêm o mesmo resultado positivo que aqueles que usam seus próprios meios para a efetiva aprendizagem.

Palavras-chave: Escola Justa. Justiça Educativa. Igualdade de Oportunidades. Meritocracia escolar. Colégio Militar de Campo Grande.

EDUCAÇÃO, CULTURA E HABITUS FRONTEIRIÇO NA MEMORIALÍSTICA DE HÉLIO SEREJO

AUTORA: Alice Felisberto da Silva

DATA: 22/09/2017 – Educação (Doutorado) – 229 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Antonio Hilario Aguilera Urquiza – UFMS

Profa. Dra. Katia Cristina Nascimento Figueira – UEMS

Profa. Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira – UFMS

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa Escola, Cultura e Disciplinas Escolares. Nela, busca-se compreender a constituição de um habitus fronteiriço a partir da análise dos registros de Hélio Serejo, o “memorialista da fronteira”. O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender a constituição de um habitus fronteiriço nas práticas sociais, culturais, educativas e religiosas dos grupos sociais que vivem na fronteira no período retratado pelo memorialista Hélio Serejo – final do século XIX e início do século XX. Para tanto, estabelecem-se como objetivos específicos: 1) Extrair das obras de Hélio Serejo elementos que revelem o processo educativo e as práticas sociais, culturais, educativas e religiosas do ser (homem/mulher)

fronteiriço; 2) Caracterizar o modo de vida desses agentes configurando-os como um grupo social com suas singularidades; e 3) Analisar se a singularidade do modo de vida desses grupos constitui um habitus de grupo, próprio da fronteira Brasil-Paraguai retratadas na obra de Hélio Serejo. O percurso metodológico consiste numa revisão bibliográfica e na análise de conteúdo das obras do referido memorialista. A perspectiva teórica adotada é a Teoria da Prática, desenvolvida por Pierre Bourdieu. Foi possível extrair dos registros de Serejo elementos que revelam que as práticas sociais na fronteira naquele momento histórico constituíram um modo de ser e estar singular, a partir das intensas trocas culturais ali desenvolvidas. Observa-se que são necessários mais estudos sobre outros contextos de fronteira de modo a elucidar como se manifesta esse habitus fronteiriço, em diferentes lugares e momentos históricos.

Palavras-chave: Bourdieu. fronteira. memória. habitus fronteiriço.

PROFESSORES NA REDE: FACEBOOK E MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

AUTORA: Joelci Mora Silva

DATA: 06/12/2017 – Educação (Doutorado) – 232 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sonia da Cunha Urt – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Bento Duarte da Silva – UMinho

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

Profa. Dra. Maria Cristina Lima Paniago – UCDB

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci – UEM

RESUMO: Diante do crescimento significativo das redes sociais online, sobrevieram inquietações acerca da possibilidade de sua inserção na educação escolar. Assim, entender quais os aspectos são evidenciados no processo de ensino e aprendizagem, considerando a inserção do Facebook nas atividades docentes como um ambiente para a mediação, foi a questão que norteou os momentos de estudo. Esse trabalho teve, portanto, como objetivo principal, investigar o potencial contributivo do Facebook nas atividades docentes, ao utilizar seu recurso Grupos como um ambiente para a mediação, na apropriação do conhecimento. O percurso metodológico compôs-se inicialmente do inventário e da análise das produções científicas existentes, que investigaram a interlocução dos temas propostos, com a finalidade de conhecer outros olhares. Em um segundo momento, teve lugar o estudo de campo em uma escola pública municipal na cidade de Campo Grande-MS, realizado com dezesseis professoras do ensino fundamental, ocorrido entre os meses de abril e novembro de 2015, que usou como procedimento a pesquisa colaborativa com abordagem sócio-histórica. Os instrumentos de coleta escolhidos foram as entrevistas semiestruturadas, assim como atividades e registros provenientes das oficinas de aprendizagem: discussões online, exercícios, roda de conversa, grupos no Facebook e caderno de campo. A técnica denominada Análise de Conteúdo foi usada para a análise dos dados obtidos. As discussões nasceram dos momentos descritos e foram direcionadas pelos conceitos que integram a Teoria Histórico-Cultural, embasadas pelos postulados de Vygotsky e de seus pares, bem como pelos ensinamentos dos estudiosos da área de Educação e Tecnologia Educativa. Como resultado, destaca-se que ainda existe resistência diante das tecnologias de comunicação e informação usadas na/para educação escolar. Em relação ao Facebook, ao ser considerado o aumento de volume de trabalho para expandir as dimensões de tempo e espaço das atividades docentes, houve oposição da maioria das professoras, mesmo sendo observado que sua utilização encorajou a interação do grupo, com socializações e atividades coletivas. Infere-se que seu uso demanda uma mudança significativa nas relações e práticas tradicionais. Conclui-se por fim, que a possibilidade de ampliar o contato professor-aluno via interação digital, quando se utiliza o Facebook como ambiente mediador, tem o potencial de colaborar de maneira significativa para a aprendizagem e para o desenvolvimento cognitivo dos discentes.

Palavras-chave: Educação escolar; Prática docente; Facebook; Teoria Histórico-Cultural.

A RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA ENTRE CAPITAL, ESTADO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

AUTORA: Maria Lucia Paniago Lordelo Neves

DATA: 07/12/2017 – Educação (Doutorado) – 133 p – Início: 2012

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo – UFCE

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez – UFMS

Profa. Dra. Ricardo Pereira de Melo – UFMS

Profa. Dra. Samira Saad Pulcherio Lancillotti – UFMS

RESUMO: Nosso objeto de estudo neste trabalho, parte das pesquisas da Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMS, diz respeito à relação entre educação, capital e Estado, priorizando o manual didático como instrumento hegemônico de mediação no processo de educação formal. O objetivo central desse estudo é investigar a natureza da relação capital, Estado e educação formal, particularmente o manual didático, na sociedade de classe capitalista, apontando as suas articulações estabelecidas para o atendimento às necessidades de reprodução do capital, considerando a sua etapa atual. Na compreensão e apreensão do método de conhecer a realidade posta, o que implica a educação, o capital e o Estado, nosso pressuposto funda-se no pensamento marxiano, sem com isso negar o que foi construído historicamente pela humanidade, o que seria um contrassenso da perspectiva adotada. Assumimos como método de investigação o materialismo histórico dialético por ser imprescindível ao trabalho científico, pois deixa o campo da especulação e se detém no campo do real, do concreto, como condição prévia e efetiva. No desenvolvimento da pesquisa, tomamos como fundamento teórico a análise das bases materiais do modo de produção capitalista, para conhecer como, por quais vias, por quais mediações, os homens fazem a totalidade de sua história. Embora tenhamos tomado como prioridade as obras de Marx e Engels, também são parte do nosso referencial os escritos de Lukács e Mészáros. Nossa investigação indicou que a contribuição da educação para a destruição do capital, está nas atividades educativas que desenvolvam a consciência revolucionária, não perdendo de vista o fim que se deseja alcançar – a transformação radical da sociedade. É imprescindível para a superação da propriedade privada e do capital, a consciência de que a única forma de alcançar o “reino da necessidade” (trabalho associado) e o “reino da liberdade” (tempo livre) é a destruição do sistema de exploração do trabalho alheio.

Palavras-chave: Educação. Capital. Estado. Manual didático.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: MOBILIDADE E PRODUTIVIDADE DOCENTE (2010-2016)

AUTORA: Flavia Melville Paiva

DATA: 12/12/2017 – Educação (Doutorado) – 178 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno – UFMS

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez – UFMS

RESUMO: A presente tese, parte da produção da Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do PPGEDU/FAED/UFMS, tem como objeto as estratégias de internacionalização que foram utilizadas pelos programas de pós-graduação em Educação no Brasil, considerando a mobilidade e a produtividade internacionais docentes, no período de 2010-2016. A tese com a qual se trabalha nessa pesquisa é que as políticas de educação, ciência e tecnologia relacionadas ao incentivo da internacionalização na pós-graduação brasileira tendem a priorizar determinadas áreas de conhecimento em detrimento de outras, levando-se a padronizar a concepção de ciência e não considerando as desigualdades entre elas. Portanto, buscamos estudar como a área inicialmente conceitua o termo internacionalização da pós-graduação e vem construindo suas estratégias para alavancar este processo nos programas. Os procedimentos metodológicos propostos foram: a) estudo do estado do conhecimento sobre internacionalização da pós-graduação brasileira na área de conhecimento Educação; b) pesquisa documental, visando a análise quantitativa e qualitativa das políticas públicas brasileiras para a internacionalização da pós-graduação em especial os documentos: Plano Nacional de Pósgraduação 2011-2020 (PNPG) produzido pelo Ministério de Educação (MEC); a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 e 2016-2019 (ENCTI) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para o estudo da evolução do tratamento da internacionalização ao longo dos seis anos propostos para estudo; as Fichas de Avaliação (triênios 2007-2009 e 2010-2012) e o Documento de Área do Sistema Nacional de PósGraduação da Capes para a área Educação (SNPG) (2010, 2013 e 2016), constantes do processo avaliativo da pós-graduação no

Brasil, além dos dados divulgados pelos programas na Plataforma Sucupira; c) análise do Currículo Lattes dos professores lotados nos programas de pós-graduação no período de 2010-2016; e d) entrevistas diretivas com roteiro semiestruturado com os coordenadores e ex-coordenadores dos programas elencados para o mesmo período. Com o estudo, chegamos a dados que apresentam como a área de conhecimento Educação tem tratado sua internacionalização, questionando a necessidade ou não de adequar-se à exigência Capes para avaliação de níveis de excelência da área (conceitos 6 e 7 do SNPG), desenvolvendo estratégias para otimizar seus objetivos no uso das políticas disponíveis, tanto públicas quanto as inerentes às instituições de ensino superior a que estão vinculadas, e como tem planejado a continuidade de seu processo de internacionalização. A análise comparativa das entrevistas apresentou conceitos ora coincidentes, ora convergentes quanto à visão e conceituação do termo internacionalização e suas subcategorias; no entanto, as estratégias tenderam a seguir o mesmo padrão de trabalho, com algumas especificidades no encaminhamento de escolhas na formação de parcerias internacionais, mostrando que as estratégias mais utilizadas pelos PPG em Educação considerados de excelência foram a mobilidade docente, principalmente a realização de estágio pós-doutoral; e as publicações em periódicos internacionais. Isso não é coincidente com o proposto no PNPG e ENCTI, que valorizam sobretudo os projetos de pesquisas internacionalizados, capazes de gerar produtos que se insiram na economia internacionalizada do século XXI, o que contribui para ser atribuído o estatuto de prioridade 2 para a área de Educação, pela CAPES.

Palavras-chave: Internacionalização, Pós-graduação em Educação, Política Educacional.